

Versão Online ISBN 978-85-8015-093-3
Cadernos PDE

VOLUME I

OS DESAFIOS DA ESCOLA PÚBLICA PARANAENSE
NA PERSPECTIVA DO PROFESSOR PDE
Artigos

2016

O ENSINO DA FILOSOFIA POLÍTICA NA PERSPECTIVA DE GRAMSCI: UMA PROPOSTA A PARTIR DA MÍDIA

Vladimir José Gomes¹
José Luiz Zanella²

RESUMO

Nosso objetivo consiste em mostrar as possibilidades de desenvolver o ensino de filosofia política a partir da mediação da mídia. A partir da teoria de Gramsci sobre a política e da sua análise sobre a imprensa burguesa, buscou-se refletir e analisar as relações complexas e contraditórias entre Estado e sociedade na atualidade, a função e o poder da mídia na construção de consensos sobre a política. O texto está organizado em três partes. Na primeira parte, A filosofia política de Gramsci, abordamos a teoria política de Gramsci a partir dos conceitos de sociedade civil, sociedade política, Estado e hegemonia; na segunda parte, Mídia: uma reflexão a partir de Gramsci, tendo como referência a análise da imprensa como “aparelho privado de hegemonia”, abordamos o protagonismo ideológico da mídia na atualidade que atua como suporte ideológico a serviço da classe dominante na construção e manutenção da hegemonia e do consenso. Na última parte, o ensino de filosofia política na perspectiva de Gramsci através da mídia, descrevemos a realização da intervenção pedagógica, ou seja, do processo de ensino e aprendizagem sobre a filosofia política em Gramsci tendo como objeto a mídia. O resultado aponta um avanço na compreensão dos alunos sobre a filosofia política através do estudo da mídia ao proporcionar aproximações na “desnaturalização” das contradições da sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Filosofia política; Gramsci; Mídia; Ensino de Filosofia.

INTRODUÇÃO

Desde a sua origem, é inegável a relação de interdependência entre a filosofia e a política, a pólis representava o espaço em que os indivíduos se reuniam para refletir, analisar e deliberar sobre os assuntos pertinentes à coletividade. Herdamos essa concepção de política e cidadania da Grécia clássica, no entanto vivemos num contexto histórico, social e econômico onde a ideologia da “racionalidade tecnológica”, da concentração do capital e a hegemonia do poder econômico nas decisões do Estado são naturalizadas e exige que todos os indivíduos se ajustem a elas incondicionalmente.

Diante desse contexto, vivemos um momento de empobrecimento e fragilidade da democracia e de “despolitização” que reflete na realidade das instituições escolares, onde a “práxis democrática” é um campo minado onde muitos não querem se aproximar. Os sujeitos que fazem parte da instituição escolar e estão envolvidos diretamente no processo de ensino-aprendizagem, professores e alunos,

¹ Professor de Filosofia e História nos Colégios Estaduais Mário de Andrade e Léo Flach.

² Professor de Filosofia da educação na UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus de Francisco Beltrão.

enfrentam dificuldades para compreenderem criticamente a escola como instituição social e que as contradições e desigualdades inerentes à sociedade capitalista se manifestam na atividade pedagógica. Nesse sentido é urgente e necessário construir uma compreensão crítica de que há um processo articulado e planejado pelas categorias sociais que controlam o Estado para organizar a educação pública como empresa lucrativa sob o paradigma do consumo e atribuir a responsabilidade dos problemas educacionais apenas aos profissionais da educação. Também o discurso da qualidade da educação pautado apenas em dados quantitativos representa uma nebulosa a ser desvendada pela maioria dos sujeitos da escola pública, especialmente os estudantes do ensino médio.

Se a filosofia é filha da cidade, ela deve se constituir como possibilidade de experiência democrática e como o espaço da reflexão política que conteste o discurso das estatísticas, do pensamento hegemônico e dominante do interesse econômico/privado sobre o interesse público. O ideal grego da pólis como espaço de vivência democrática e de coletividade deve soar forte em nossos ouvidos para que possamos entender os problemas contemporâneos entre o público e o privado, entre o Estado e os(as) cidadãos(ãs).

Está aí a necessidade do estudo de filosofia política. Mas, como fazê-lo? A experiência do trabalho em sala de aula com os conteúdos de Filosofia política com as turmas de 2º ano do Ensino Médio nos anos letivos de 2014 e 2015 indicaram desinteresse e aversão para os estudos e discussões sobre o assunto. Os estudantes reproduziram com evidência o discurso do senso comum de que política é para os 'políticos profissionais' e não é coisa para 'pessoas comuns' e por isso não se discute política. Também os estudantes, no encaminhamento metodológico das aulas, manifestaram opiniões e ideias sobre o assunto que praticamente reproduzem o discurso da mídia, associando a política exclusivamente à corrupção e à defesa dos interesses particulares de quem exerce o poder e que o momento das eleições representa o único espaço privilegiado para o exercício da cidadania e da "práxis política".

Por esta razão, optamos em desenvolver no âmbito do PDE, um estudo da filosofia política delimitado ao pensamento de Antônio Gramsci, utilizando como estratégia de ensino uma reflexão a partir do papel da mídia.

Partimos da seguinte problemática: como organizar o processo de ensino-aprendizagem dos conteúdos sobre filosofia política para que os estudantes do

ensino médio se entendam como sujeitos políticos vivendo numa sociedade contraditória e tenham condições de “desnaturalizar” as contradições?

Nosso objetivo consiste em mostrar as possibilidades de desenvolver o ensino de filosofia política a partir da mediação da mídia. O texto está organizado em três partes. Na primeira parte, A filosofia política de Gramsci, abordamos a teoria política de Gramsci a partir dos conceitos de sociedade civil, sociedade política, Estado e hegemonia; na segunda parte, Mídia: uma reflexão a partir de Gramsci, tendo como referência a análise da imprensa como “aparelho privado de hegemonia”, abordamos o protagonismo ideológico da mídia na atualidade que atua como suporte ideológico a serviço da classe dominante na construção e manutenção da hegemonia e do consenso. Na última parte, O ensino de filosofia política na perspectiva de Gramsci através da mídia, descrevemos a realização da intervenção pedagógica, ou seja, do processo de ensino e aprendizagem sobre a filosofia política em Gramsci tendo como objeto a mídia.

A metodologia utilizada foi da pesquisa bibliográfica com apresentação de análise e sínteses dos seguintes livros e textos de Gramsci: (GRAMSCI, 2000; 2002; 2007), e de Carlos Nelson Coutinho, um dos maiores intérpretes de Gramsci no Brasil: (COUTINHO, 1982; 1992; 1996; 2006; 2008).

1 A FILOSOFIA POLÍTICA DE GRAMSCI

Gramsci analisou a realidade histórica a partir da perspectiva da totalidade e indicando que os elementos políticos, econômicos e culturais, mesmo sendo distintos, estão dialeticamente vinculados. Esta relação dialética entre política, economia e cultura, ou seja, entre estrutura e superestrutura, é evidente quando o pensador da “filosofia da práxis”, nos Cadernos do Cárcere, apresenta o Estado como formador de consenso a partir de uma correspondência entre as práticas culturais, políticas e morais e as forças e relações de produção.

Na sociedade, o Estado deve ser concebido como ‘educador’ na medida em que tende precisamente a criar um novo tipo ou nível de civilização. Dado que se opera especialmente sobre as forças econômicas que se reorganiza e se desenvolve o aparelho de produção econômica, que se inova a estrutura, não se deve concluir que os fatos da superestrutura devam ser abandonados a si mesmos, a seu desenvolvimento espontâneo, a uma germinação casual e esporádica. O Estado também neste campo é um instrumento de racionalização e taylorização”. (GRAMSCI, 2007, p. 28)

O Estado repousa sobre uma base cultural protegido por uma malha sólida contra as revoluções, contra as irrupções violentas, e sua ação, que é a mesma do grupo social dominante, é vasta e capilarizada. Sua hegemonia conforma massas humanas de cidadãos porque estão ligadas ao modo de vida da classe dominante e a ela consentem e aderem. Nesse sentido, a hegemonia não significa apenas a subordinação de uma classe em relação à outra, mas a capacidade das classes na construção de uma visão de mundo. A preocupação de Gramsci é com a transformação dessa visão de mundo, com a elevação das condições de vida das classes subalternas e com a sua consequente inclusão no cenário histórico, que sempre foram excluídas dos processos histórico-sociais.

É exemplar aqui, a análise que Gramsci faz da realidade italiana da segunda metade do século XIX e das primeiras décadas do século XX, que toma a hegemonia enquanto categoria analítica no seu movimento dialético, indicando o conceito de transformismo, que significa uma experiência privada de hegemonia, formando elementos capazes de encaminhar transformações e reformas que excluíram da vida democrática amplos setores da população. Agrega-se ao transformismo o que Gramsci denomina de “revolução passiva”, onde os principais sujeitos históricos são excluídos do processo e cooptados pela hegemonia de classes alheias aos seus interesses.

Nesse sentido, os processos de “revolução passiva” têm lugar de destaque na história brasileira, como a Independência, a Proclamação da República, a Revolução de 30 e o Golpe de 64. Nesses contextos, as decisões sempre foram levadas a efeito de forma elitista, com a exclusão das massas populares, pelo consenso passivo, indicando a prevalência dos métodos de supremacia em detrimento das formas de hegemonia. Na conjuntura atual essas contradições reaparecem sob novas roupagens, na medida em que também se alteram as relações de forças postas na dinâmica da vida social. Essa tendência pode ser relacionada diretamente aos processos políticos, culturais e econômicos que marcam tanto as classes capitalistas quanto as classes trabalhadoras, mais precisamente a partir das duas décadas finais do século XX e do início do século XXI, período marcado pelas crises do Estado de bem estar social e pela disseminação do neoliberalismo.

Nesse processo não estão em jogo apenas os novos padrões e as novas formas de domínio no campo econômico, necessários à reestruturação do capital, mas também a necessidade de socialização de novos valores e novas regras de

comportamento, para atender tanto a esfera da produção como a esfera da reprodução social.

As relações Estado/sociedade, nesse cenário, elidem a formação de uma cultura que substitui a relação estatal pela livre regulação do mercado. Nessa ótica, a classe dominante busca eliminar os antagonismos entre projetos de classe distintos, no intuito de construir um “consenso ativo” em nome de uma falsa visão universal da realidade social. Procede-se assim, uma verdadeira “reforma intelectual e moral” sob a direção da classe capitalista que, em nome da crise geral do capital em nível internacional, consegue socializar uma “cultura da crise” transformada em base material do consenso e, portanto, da hegemonia.

Nesse sentido, o velho transformismo, expressão das forças coercitivas, vai sendo gradativamente mesclado ao “consenso ativo”, caminho para a conservação do poder e para a manutenção das relações sociais vigentes.

O Estado também age nesse sentido a partir do consentimento ativo das classes que formam a base de constituição da hegemonia, que abrem mão de seus projetos em nome de um projeto universal abstrato.

Esse discurso genérico tem um efeito imediato no campo prático-operativo, na medida em que as ações desenvolvidas para a recuperação econômica são de natureza transclassista, ou seja, supostamente beneficiam a todos sem distinção.

No entanto, do ponto de vista político, essa estratégia também cria a submissão das demais camadas sociais, cria obstáculos à possibilidade das mesmas elaborarem uma visão de mundo de caráter anticapitalista a articular alianças e estratégias de seus interesses. A abstrata ideia de uma crise de caráter universal tende a prevalecer e a difundir-se por toda a sociedade, determinando de modo intencionalmente construído uma unidade econômica, política, intelectual e moral. Tal situação também é geradora de uma cultura de passividade e conformismo, atingindo diretamente o cotidiano das classes subalternas, reforçando o corporativismo e as ações particularistas, em detrimento de projetos de natureza coletiva. Dessa forma, ocorre um processo de desqualificação das práticas dessas classes.

Assim, a luta pela hegemonia não se trava apenas no plano das instâncias econômicas e políticas (relações materiais de produção e poder estatal), mas também na esfera da cultura. A elevação cultural das massas assume importância nesse processo, a fim de que possam libertar-se da pressão ideológica das velhas

classes dirigentes e elevar-se à condição de classe dirigente. A batalha cultural apresenta-se como fator imprescindível no processo de construção da hegemonia, à conquista do consenso e da direção político-ideológica por parte das classes subalternas.

Não havendo um avanço nesse processo, nem uma compreensão dessas mediações, que se colocam como fundamentais na apreensão do real, as classes em presença tendem a formar alianças com os setores tradicionais dominantes da sociedade.

Mesmo considerando que a história das classes subalternas é fragmentada, desagregada, episódica, atravessada facilmente pelas ideologias conservadoras, Gramsci compreende que é a partir da práxis política que se pode passar dessa fragmentação à unicidade, do modo de pensar desagregado a uma forma de pensar crítica e coerente, como possibilidades concretas na construção de uma nova racionalidade.

A forma de pensar desagregada, fragmentária e particularista, não se configura apenas no modo de ser das classes sociais das primeiras décadas do século XX. Tais características também marcam a cultura do início do século XXI e inscrevem-se no processo do movimento do capital, portador de velhas e novas contradições no interior das classes sociais. O imediatismo da vida social, o efêmero, o descontínuo, as ações individuais e corporativas ressurgem sob novas aparências. É evidente que a luta de classes continua, mas ressurgue entrelaçada pelo jogo de transformações, assumindo múltiplos papéis, diretamente ligados a sua ação no contexto da vida política e cultural.

Nesse campo contraditório, a luta de classes não desaparece e as alianças continuam cada vez mais necessárias, mesmo manifestando-se de forma mais problemática dada as diferentes iniciativas políticas que perpassam os movimentos sociais. É esse o contexto que vem cimentando a ideologia dos grupos dominantes, pois consegue abranger num projeto totalizador, a sua vontade como sendo a mesma dos grupos subalternos. A hegemonia é reconstruída, desse modo, através da imagem abstrata de universalidade repassada pelo Estado, que esfacela ainda mais o ponto de vista dos segmentos subalternos, despolitizando-os, fragmentando as suas formas de expressão, no sentido de que suas lutas particulares não se articulem em vontades universais. O que era coletivo dissolve-se no singular e as

massas permanecem no plano inferior, incapazes de dominar as situações que as oprimem, de romper com a passividade e o conformismo do cotidiano.

Nesse sentido, a hegemonia também se coloca num novo campo de lutas, de alianças, de construção/desconstrução de saberes e experiências, pois em Gramsci a hegemonia é inerente e indissociável da prática pedagógica, na medida em que encerra em si possibilidades de emancipação coletiva, não só para determinados indivíduos, mas para toda a sociedade.

A complexidade das relações Estado/sociedade, própria do capitalismo, é preocupação constante no pensamento de Gramsci. Também se apresenta na atualidade como eixo fundamental para pensar as transformações do capitalismo contemporâneo, as novas formas de expressão do Estado, da sociedade civil e, conseqüentemente, os processos de construção da hegemonia neste cenário histórico. É a partir da crescente socialização da política que Gramsci elabora a ideia “ampliada” do Estado, indicando que o poder estatal, nesse contexto, não se expressa apenas através de seus aparelhos repressivos e coercitivos, mas, também, através de uma nova esfera do ser social que é a sociedade civil. O que confere originalidade ao seu pensamento é, justamente, o novo nexos que estabelece entre economia e política, entre sociedade civil e sociedade política, esferas constitutivas do conceito de Estado ampliado.

A sociedade civil, no pensamento de Gramsci, é constituída pelos organismos privados e exerce a função de hegemonia que um grupo exerce sobre a sociedade. São os organismos sociais que elaboram e difundem ideologias (escolas, jornais, partidos, igrejas, associações, etc.).

A sociedade política, formada pelos mecanismos e instituições que detêm o monopólio e o controle legítimo e legalizado da violência e da coerção. São os aparelhos repressivos do Estado.

A relação orgânica de unidade/distinção entre sociedade política e sociedade civil formam o “Estado ampliado”.

Ambas – sociedade política e sociedade civil – atuam para promover a adesão aos interesses da classe dominante. É esclarecedora a análise que Carlos Nelson Coutinho faz dessa atuação na promoção da adesão e do consenso.

[...] no âmbito e através da sociedade civil, as classes buscam exercer sua hegemonia, ou seja, buscam ganhar aliados para as suas posições mediante a direção política e o consenso; por meio da sociedade política, ao contrário, as classes exercem uma ditadura, ou mais precisamente, uma dominação mediante a coerção. (COUTINHO, 2006, p. 36)

A “sociedade civil” não é um conceito tomado indistintamente como expressão exclusiva dos interesses das classes subalternas. Na sociedade civil estão organizados tanto os interesses da classe burguesa, que exerce sua hegemonia através de seus aparelhos “privados”, reprodutores de sua ideologia, representados pelos meios de comunicação, pelo domínio dos aparatos do Estado e pelos meios de produção; quanto os interesses das classes subalternas, que buscam se organizar para propor alternativas que façam a contraposição às parcelas minoritárias detentoras do poder, afirmando a prioridade do público sobre o privado, do universal sobre o particular, da vontade coletiva sobre as vontades particulares.

Nesse sentido, longe das interpretações idealistas, a sociedade civil não existe descolada das condições objetivas, plano em que ocorre a produção e a reprodução da vida material e, conseqüentemente, a reprodução das relações sociais. A esfera da sociedade civil, dessa forma, pode ser abordada a partir das diferenciações de classe e de interesses que se modificam pelo impacto das novas dinâmicas econômicas, políticas e socioculturais.

O poder político é pensado sob o prisma do poder econômico. Estabelece-se um vínculo orgânico dos agentes públicos com o capital, gerando para o poder uma base material de sustentação. Isso significa trazer para dentro do Estado a lógica do capital, deslocando o que é responsabilidade essencial do Estado, como saúde e educação, para o âmbito do mercado.

Essa análise do pensamento de Gramsci é pertinente para as transformações e reformas presentes no Estado brasileiro na atualidade. O que está em evidência no discurso político hegemônico é o “contrato de gestão”, que afeta diretamente a esfera social, quando o Estado repassa para a “sociedade” (mercado) o desenvolvimento de serviços, que terão subsídios públicos reduzidos, devendo buscar no próprio mercado a sua subsistência. O produto final dessa reforma resulta na “descentralização e flexibilização” de diversos serviços públicos de interesse e necessidade coletiva, criando as “organizações sociais” que receberão subvenções do Estado para prestar esses serviços, não pelo princípio do bem coletivo e da qualidade, mas do lucro. Esse processo está intrinsecamente relacionado à rearticulação de novas ideologias da sociedade civil, onde os projetos das elites econômicas sobrepõem-se aos projetos das classes populares. Sob o manto dessa nova ideologia, ganha força a indústria cultural destinada a criar atitudes e

comportamentos que valorizam os interesses corporativos de classe, em detrimento dos interesses e instituições de caráter coletivo.

Diante das transformações político-sociais presente nesse início de século, é possível pensar e refletir os problemas contemporâneos da vida social, econômica e política a partir do legado de Gramsci?

Se o tempo presente não é o mesmo de Gramsci, parece que as questões e problemas do passado instauram-se na atualidade, as desigualdades sociais não foram resolvidas, a realidade escancara as condições precárias de sobrevivência de uma parcela significativa da população, pertencente às classes subalternas. Por outro lado, a concentração da riqueza, produzida socialmente, é fato incontestável. Esses poucos exemplos já demonstram que Gramsci fornece subsídios importantes para uma reflexão sobre a realidade social, econômica, política e educacional da atualidade.

As ideias de Gramsci se constituíram num plano de ação para a construção da hegemonia da classe trabalhadora e a conseqüente construção de uma sociedade sem divisão de classes sociais.

2 MÍDIA: UMA REFLEXÃO A PARTIR DE GRAMSCI

Nas sociedades contemporâneas – dentre as quais a sociedade brasileira pode ser incluída – a mídia (impressa e eletrônica) constitui-se como o principal elemento constituinte e constituído da realidade social, sendo inegável a sua destacada posição entre os “aparelhos privados de hegemonia”.

Gramsci, ao analisar a realidade da Itália nas décadas de 1920/1930, apontou os organismos de participação política da sociedade civil (escolas, igrejas, sindicatos, organizações profissionais, associações culturais ou comunitárias, imprensa, editoras, clubes) como portadores da hegemonia e tendo a função primordial de conservar a unidade ideológica do bloco social constituído como dominante. Esses organismos foram reunidos por Gramsci sob o conceito de “partido ideológico” sendo “o partido como ideologia geral, superior aos vários grupamentos mais imediatos”. Por “partido político” entende-se uma “organização prática (ou tendência prática), ou seja, um instrumento para a solução de um problema ou de um grupo de problemas da vida nacional e internacional”.

Gramsci qualifica a imprensa como aparelho político-ideológico que elabora, divulga e unifica uma concepção de mundo, cumprindo sua função primordial que é

organizar e difundir determinados tipos de cultura articulados organicamente com um determinado grupo social hegemônico. É para esse grupo que a imprensa prescreve as orientações gerais para o entendimento dos fatos.

Assim, ao analisar a imprensa italiana das três primeiras décadas do século XX, Gramsci situa os jornais como partidos políticos, pois interferem, de uma maneira específica, nos modos de dar “veracidade” aos acontecimentos. A imprensa se constitui como aparelho privado de hegemonia na medida que realiza intervenções no plano político e cultural para organizar e divulgar informações e ideias que formam o consenso em torno de uma determinada concepção de mundo. Para Gramsci (2002 p. 40) ‘os jornais são organismos político-financeiros e não se propõem a divulgar as belas letras em suas colunas, a não ser que estas belas letras aumentem as receitas’.

Na “sociedade civil” a hegemonia da classe dominante é exercida através dos “aparelhos privados” e os demais grupos sociais lutam para que seus projetos, que se constituem em contra hegemônias, se tornem universais e superem a dominação política, econômica e ideológica. Neste espaço de disputas, de visões de mundo antagônicas e contraditórias, por maior influência sobre os diversos setores da sociedade, o papel da mídia como organismo de cultura, é fundamental. Gramsci, ao analisar a imprensa burguesa, indica que

Os jornais do capitalismo teriam feito vibrar todas as cordas do sentimento pequeno-burguês: e são esses jornais que asseguram a existência do capitalismo, o consenso e a força física dos pequeno-burgueses e dos imbecis. (GRAMSCI, 2005)

Sobre o papel dos jornais burgueses, é importante destacar o posicionamento de Gramsci no artigo OS JORNAIS E OS OPERÁRIOS, publicado no jornal operário “Avanti” em 1916:

Tudo o que se publica, é constantemente influenciado por uma ideia: servir a classe dominante, o que se traduz sem dúvida num fato: combater a classe trabalhadora. E, de fato, da primeira à última linha, o jornal burguês sente e revela esta preocupação. Irrompe uma greve? Para o jornal burguês os operários nunca tem razão. Acontece uma manifestação? Os manifestantes, apenas porque são operários, são sempre turbulentos, facciosos, malfeitores... (GRAMSCI, 2005)

Esta verificação, possibilita evidenciar, na atual conjuntura, que a mídia continua retratando os movimento sociais e grevistas por uma conduta de defesa dos “valores liberais” e de um “medo” evidente diante de toda e qualquer manifestação dos trabalhadores. É um discurso de controle das classes sociais

subalternas a serviço do capital que penaliza e criminaliza quem reivindica e luta por direitos e protege os que deviam garantir os direitos.

Gramsci propõe duas estratégias de contra hegemonia. A primeira é o boicote aos jornais burgueses.

Não contribuam com dinheiro para a imprensa burguesa que é vossa adversária: eis qual deve ser o nosso grito de guerra neste momento, que é caracterizado pela campanha de assinatura feita todos os jornais burgueses. Boicotem, boicotem, boicotem! (GRAMSCI, 2005)

A segunda é a construção de uma “cultura política”, uma práxis própria da classe operária. Na realização dessa “reforma cultural” o jornal assume a função de partido político, ou seja, de direção e organização da concepção ideológica da classe trabalhadora. Os jornais operários deveriam ser intérpretes das reivindicações da classe operária e organizar a sua consciência coletiva. Assim, tornariam possível a unidade entre teoria e prática efetivando as lutas pela transformação da ordem econômica e social.

As categorias “partido político” e “partido ampliado”, elaboradas por Gramsci são fundamentais para referenciar uma compreensão crítica da relação da mídia com o poder político. É evidente a importância da mídia como elemento central na organização material da cultura e do cotidiano da maioria dos indivíduos, independentemente do grupo social que pertencem. O advento dos meios de comunicação eletrônicos, especialmente a televisão, transformou a mídia no “aparelho privado de hegemonia” mais eficaz na articulação e no cenário das disputas políticas.

Existe uma relação direta entre a mídia e o cenário de crise de um dos principais aparelhos privados de hegemonia: os partidos políticos de massa, os quais Gramsci denominou de “príncipes modernos”. A mídia tem substituído gradativamente os partidos políticos em algumas de suas funções tradicionais, de serem sujeitos coletivos centrais dentro de sua articulação teórica e ideológica. Não se trata de negar a importância dos demais aparelhos privados de hegemonia, mas é inegável que a mídia (especialmente a televisão) assumiu um papel central na tarefa de unificar o bloco social hegemônico.

Nesse sentido, a partir da teoria de Gramsci, a mídia pode ser caracterizada como “o grande partido ideológico”, pois ela articula o conjunto das representações cognitivas, afetivas e valorativas sobre a política, o poder e o Estado numa determinada realidade histórica. Também é a mídia que realiza uma construção

simbólica vinculada à ação política da audiência e da passividade, o que transforma o político em espetáculo.

As corporações midiáticas “regulam” a opinião pública por critérios específicos de agendamento dos temas destaque, ou seja, transmitem conteúdos que organizam e unificam todos os grupos sociais por princípios e valores exclusivos do mercado e do poder constituído. A mídia, de maneira preponderante, busca reduzir ao extremo a circulação de ideias contestatórias. Os elementos da crítica e do dissenso são esvaziados e evita-se a todo custo as contradições nas interpretações dos fatos (principalmente os políticos e econômicos).

No Brasil, a maior parte da programação de televisão, incorpora nas narrativas fatos da vida política que expressam posições políticas claramente alinhadas com os grupos sociais que detém o poder econômico e, conseqüentemente, o poder político. É essa mídia hegemônica que superficializa a política na sua verdadeira acepção e criminaliza o contra hegemônico. Essa configuração é compreensível porque historicamente o Brasil construiu um sistema de comunicações concentrado e oligopolizado. As “indústrias nacionais de comunicação” se consolidaram no Regime Militar a partir de uma política estatal autoritária que construiu um modelo privado e comercial. Isso impediu historicamente que os meios de comunicação tivessem um caráter público e coletivo.

Mesmo diante dessa realidade, a partir das categorias de Gramsci, o que se vislumbra como horizonte é a possibilidade da realização histórica de uma democracia pluralista de massas com hegemonia. Diante desse quadro de adversidades, é fundamental a compreensão de que ‘na democracia de massas, a dialética do pluralismo – a autonomia dos sujeitos políticos coletivos – não anula, antes impõe, a busca constante da unidade política do que Gramsci chamou de “vontade coletiva” a ser construída de baixo para cima, através da obtenção hegemônica do consenso majoritário’ (COUTINHO, 1984).

3 O ENSINO DA FILOSOFIA POLÍTICA NA PERSPECTIVA DE GRAMSCI ATRAVÉS DA MÍDIA

O resultado das reflexões realizadas a respeito da política em Gramsci e das relações da mídia com a política foi a elaboração do projeto de intervenção e do material didático-pedagógico. Tendo o formato de uma unidade didática, é uma proposição de ensino – uma “práxis pedagógica” – sobre filosofia política,

referenciada pela teoria de Gramsci e tendo como objeto do trabalho a mídia.

Por compreender o conteúdo estruturante de Filosofia política das Diretrizes Curriculares da Educação Básica, a intervenção pedagógica foi aplicada em três turmas do 2º ano do Ensino Médio e em duas turmas do 2º ano do Curso de Formação de Docentes.

A proposta de ensino foi organizada com os objetivos de conhecer a filosofia política a partir da teoria de Gramsci; entender a mídia como “aparelho privado”, como “partido ideológico” dos grupos que detém o poder econômico e político para construir a sua hegemonia e manter o consenso; e identificar as mídias alternativas como espaços que possibilitam o exercício do debate, a elevação cultural e a formação de consciências mais críticas a respeito da política, do Estado e da democracia.

O material didático, no formato de unidade didática, foi trabalhado em três momentos distintos, porém articulados entre si.

Num primeiro momento foi realizado um diagnóstico e problematização sobre política, Estado, democracia e mídia. Foram utilizadas doze aulas, distribuídas nos seguintes encaminhamentos:

Apresentação do material didático-pedagógico e da proposta de ensino da filosofia política para as(os) alunas(os). A apresentação foi realizada através de exposição dialogada com o uso de multimídia. (2 h/a)

Aplicação de questionário individual para as(os) alunas(os) com o objetivo de diagnosticar as suas ideias/concepções sobre POLÍTICA, PODER, ESTADO, DEMOCRACIA e MÍDIA. Leitura e análise das respostas individuais em equipe e elaboração de texto síntese a partir das respostas individuais. Apresentação das sínteses e problematização/compreensão dos conceitos de política, poder, Estado democracia e mídia com a mediação/explicação do professor. (6 h/a)

Estudo dos textos que explicam a concepção liberal de política e de Estado e a crítica de Marx ao liberalismo político e econômico presentes no capítulo A DEMOCRACIA EM QUESTÃO (páginas 207 à 225), do livro didático público VÁRIOS AUTORES. Filosofia: ensino médio. Curitiba: SEED-PR, 2006. Elaboração de texto síntese apresentando as duas concepções de política e Estado. (4 h/a)

Num segundo momento foi realizada a apresentação, problematização e análise de reportagens/notícias da mídia hegemônica e estudo de textos/artigos de jornais escritos por Gramsci que possibilitam uma análise crítica do Estado brasileiro

e da mídia. Com exceção do primeiro texto, que apresenta aspectos biográficos, o contexto histórico e elementos teóricos/metodológicos das obras de Gramsci, os outros são artigos publicados em jornais operários entre 1916 e 1918, são textos curtos, com linguagem acessível para os estudantes do Ensino Médio e abordam os mesmos temas e questões presentes nos Cadernos do Cárcere. O estudo foi encaminhado através da leitura dos textos em sala com a mediação do professor diante dos questionamentos e dúvidas dos estudantes. Foram utilizadas onze aulas, distribuídas nos seguintes encaminhamentos:

Pesquisa e seleção de duas reportagens apresentadas pelos grandes veículos de comunicação sobre acontecimentos políticos da atualidade.

Avaliação das reportagens e escolha de duas que a equipe considerou importante justificando a escolha com elaboração de texto argumentativo. (2 h/a)

Apresentação, problematização e análise de reportagens veiculadas em grandes veículos de comunicação que relatam acontecimentos recentes a respeito da política. Nesta atividade, por sugestão dos professores cursistas do GTR, os estudantes foram orientados a selecionar reportagens que tratavam da corrupção, das manifestações e mobilizações organizadas pela sociedade civil, da medida provisória da reforma do Ensino Médio, movimento de ocupação das escolas, PEC do teto de gastos, reforma da previdência, reforma trabalhista e escola sem partido. Segundo os cursistas do GTR, as reportagens a respeito destes temas facilitariam a compreensão, por parte dos estudantes, das funções do Estado a partir da concepção liberal e da concepção materialista. (4 h/a)

Estudo dos seguintes textos de Gramsci:

- 1) ANTONIO GRAMSCI: FILOSOFIA, HISTÓRIA E POLÍTICA, que apresenta uma breve biografia do filósofo, a sua produção teórica como resultado da participação ativa no processo histórico da Itália no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX.
- 2) A INDIFERENÇA, que aborda o tema dos processos de padronização dos comportamentos e do modo de pensar na sociedade moderna, refletindo sobre a questão da neutralidade política do pensamento moderno e a postura de isenção do indivíduo nas ações políticas.
- 3) CADÁVERES E IDIOTAS, artigo que Gramsci parte de uma análise filológica e de maneira irônica faz a contraposição entre pensamento autônomo e atitude dogmática e discute os dois conceitos de filosofia: o metafísico e o histórico;

4) A SUA HERANÇA, artigo publicado em 1918 é uma reflexão sobre a noção de liberdade e seus limites no contexto da sociedade capitalista, na qual a liberdade é determinada pela propriedade privada.

5) OS JORNAIS E OS OPERÁRIOS mostra que toda imprensa expressa algum interesse econômico e/ou político e que a escolha de um jornal é também ela um momento da luta de classes. (5 h/a)

No terceiro e último momento foi realizada a apresentação, problematização e análise de reportagens/notícias da mídia alternativa como possibilidade de contra hegemonia. Nesta etapa, foram realizadas duas atividades, totalizando nove aulas.

Primeira atividade, com os seguintes vídeos:

1) LEVANTE SUA VOZ; documentário de 17 minutos, produzido pelo coletivo <https://intervozes.org.br/>, apresenta de uma maneira breve e simples a história da concentração dos meios de comunicação no Brasil, os nomes dos principais atores do cenário e um panorama das dificuldades de se ter uma comunicação mais democrática no Brasil. Disponível em

<https://www.youtube.com/watch?v=hlgvEuysACI>

2) EM 11 FAMÍLIAS CONCENTRA-SE A COMUNICAÇÃO BRASILEIRA; vídeo de 5:38 min. que mostra o problema da concentração dos meios de comunicação no Brasil e a manipulação e controle das informações que a população tem acesso. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=cTbalk5k6uM>

3) A INFLUÊNCIA DA MÍDIA NA SOCIEDADE: neste vídeo de 3:45 min. o filósofo Leonardo Costa apresenta a influência e o poder da mídia na sociedade. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=7XrAK5jqd9Y>

4) MÍDIA E SUA INFLUÊNCIA NA SOCIEDADE - Giulio Chinelatto: vídeo de 4:36 min. que apresenta o problema da manipulação e da influência da mídia. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=PEeZEtqcPeA>

5) BANDEIRA DE MELLO: o maior inimigo do Brasil é a mídia brasileira: vídeo de 5:37 minutos onde o jurista e professor universitário Bandeira de Mello expõe o problema do funcionamento da mídia brasileira e o falso discurso da liberdade de imprensa. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=nyYMdZhKmNw>

6) RESUMO DOCUMENTÁRIO: Muito além do Cidadão Kane: vídeo de 12:04 min. Produzido pela BBC de Londres mostra as relações entre a Rede Globo, na pessoa de Roberto Marinho, com o cenário político brasileiro. Por decisão judicial, foi

proibido no Brasil desde a sua estreia, em 1993. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=1KuRVvoEcPo> (5 h/a)

Essa atividade foi realizada em três momentos distintos: No 1º momento, após um breve comentário sobre os vídeos, os estudantes assistiram; no segundo momento houve um debate orientado pelo professor em que os estudantes fizeram uma comparação entre as reportagens apresentadas nos grandes veículos de comunicação e as ideias apresentadas nos vídeos; e, no 3º momento os estudantes elaboraram de um texto argumentativo relacionando as ideias dos vídeos com a concepção liberal de Estado.

Segunda atividade, elaboração e produção coletiva de artigo de jornal a partir dos textos produzidos e do aprendizado sobre mídia, política, Estado e a teoria política de Gramsci. (4 h/a)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A organização do projeto de intervenção pedagógica, a elaboração do material didático e a implementação do projeto através das aulas sobre a filosofia política na perspectiva de Gramsci tendo a mídia como objeto, por ser um processo, se efetivou, aos mesmo tempo, com resultados satisfatórios no que diz respeito aos objetivos e com problemas e dificuldades.

No encaminhamento inicial das atividades, constatou-se que os problemas identificados no trabalho em sala de aula com os conteúdos de Filosofia política com as turmas de 2º ano do Ensino Médio nos anos letivos de 2014 e 2015 se manifestaram nas turmas de 2017.

Os estudantes reproduziram com evidência o discurso do senso comum de que política é para os ‘políticos profissionais’ e não é coisa para ‘pessoas comuns’ e consideraram muito complicado “estudar e discutir política”. Manifestaram opiniões e ideias sobre o assunto que praticamente reproduzia o discurso da mídia, associando a política exclusivamente à corrupção e à defesa dos interesses particulares de quem exerce o poder e que o momento das eleições se constituía no único espaço privilegiado para o exercício da cidadania e da “práxis política”.

Esta constatação, que inicialmente se apresentou como um problema, evidenciou a importância e a necessidade da intervenção pedagógica, planejada anteriormente, numa perspectiva crítica. Foi relevante a constatação de que os estudantes refletiram sobre os conceitos de política, poder e democracia e

compreenderam as relações de poder entre o Estado e a sociedade, as questões do público e do privado, sendo sujeitos políticos que vivem numa sociedade contraditória e buscando “desnaturalizar” essas contradições.

Os estudantes perceberam a atualidade das reflexões de Gramsci, pois nos debates e atividades encaminhadas fizeram a relação/comparação entre a realidade da Itália no início do século XX e a realidade brasileira neste início do século XXI a respeito da função do Estado, das questões entre o público e o privado no exercício do poder e do poder dos meios de comunicação na sua relação de interdependência com o Estado.

O processo de ensino/aprendizagem apresentou contradições entre as questões objetivas (encaminhamento metodológico, pressupostos teóricos, critérios e instrumentos de avaliação) que dependem do trabalho do professor e as questões subjetivas (disposição interna dos estudantes para aprender, a maneira como os estudantes compreendem/internalizam a proposta de ensino, vínculos estabelecidos entre professor e estudantes, condição emocional do professor e dos estudantes na efetivação do trabalho educativo) que envolvem a relação dialética e complexa entre o professor e os estudantes.

Ao analisar as bases da produção e reprodução do sistema capitalista e a importância da hegemonia nesse processo histórico, Gramsci nos orienta para a necessidade de compreender a política sob a perspectiva da totalidade, ou seja, como esfera constitutiva da vida em sociedade indissociável da economia e da cultura. Gramsci nos legou a ideia de que o poder não é exercido apenas pelo controle e domínio dos meios legais de coerção e violência e das relações de produção, mas também pelo consenso construído pela mídia. A “elevação intelectual e moral” é fundamental para a construção da resistência e contestação ao modelo de sociedade e educação em curso no cenário atual.

Diante de um contexto político, econômico e cultural onde a mídia hegemônica oculta e dissimula a realidade, determinando a perda da especificidade das relações sociais e políticas, eliminando a opinião pública e privatizando o público, o trabalho realizado ao longo de dois anos de programa de desenvolvimento educacional se constitui numa tentativa pela “difusão crítica e socialização das verdades já descobertas” por Gramsci para possibilitar “a criação de uma nova cultura”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOTTOMORE, Tom (editor). **Dicionário do Pensamento Marxista**. (Trad. Waltensir Dutra). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

COUTINHO, Carlos Nelson. **A Democracia como Valor universal e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Salamandra, 1984.

_____. **A Dualidade de poderes**: Estados e revolução no pensamento marxista. In: COUTINHO, Carlos Nelson. **Marxismo e política**: a dualidade de poderes e outros ensaios. São Paulo: Cortez, 1996. p. 13-69.

_____. **Democracia e socialismo**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1992.

_____. **Estado Brasileiro**: Gênese, crise, alternativa. In: COUTINHO, Carlos Nelson. **Contra a corrente**: Ensaios sobre democracia e socialismo. São Paulo: Cortez, 2008. p. 106-146.

_____. **Intervenções**: o marxismo na batalha de ideias. São Paulo: Cortez, 2006.

FIORI, G. **A vida de Antonio Gramsci**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.

GADOTTI, M. **Pedagogia da práxis**. São Paulo: Cortez, 1989.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Vol. 02. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 13-53.

_____. **Cadernos do cárcere**. Vol. 03. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. **Cadernos do cárcere – Maquiavel. Notas sobre o Estado e a Política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. Vol. 03.

_____. **Cadernos do cárcere – Literatura. Folclore. Gramática. Apêndices**: variantes e índices. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. Vol.06.

_____. **Os jornais e os operários**. Marxists Internet Archive, 2005. Disponível em <http://www.marxists.org/portugues/gramsci/1916/mes/jornais.htm>. Acesso em 02/10/2017.

JESUS, Antonio Tavares de. **Educação e hegemonia no pensamento de Antonio Gramsci**. São Paulo: Cortez: Editora da Universidade de Campinas, 1989.

MANACORDA, M. A. **O princípio educativo em Gramsci**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

MARÇAL, Jairo (org.). **Antologia de Textos Filosóficos**. Curitiba: SEED – PR, 2009.

NOSELLA, P. **A escola de Gramsci**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

OLIVEIRA, Francisco. **Política numa era de indeterminação**: opacidade e reencantamento. In: OLIVEIRA, Francisco e RIZEK, Cibele Saliba. (Org.) **A era da indeterminação**. São Paulo: Boitempo, 2002, pp. 15-45.

SAVIANI, Dermeval. **Gramsci e a educação no Brasil**: para uma teoria gramsciana da educação e da escola. In: SCHLESENER, Anita Helena (org.). **Filosofia, política e educação**: leituras de Antonio Gramsci. Curitiba: UTP, 2014.

VÁRIOS AUTORES. **Filosofia**: ensino médio. Curitiba: SEED-PR, 2006.